

A LUTA CONTRA A BARBÁRIE E A CONCEPÇÃO DO USO EMANCIPADO DA RAZÃO

Geovanna Arrais Lopes¹

Bruna Milene Ferreira²

RESUMO: O trabalho em questão pretende discutir os efeitos da reverência à racionalidade técnica presente na atual fase em que se encontra a modernidade. Como exemplo, a experiência nazista impulsionou este processo massificando comportamentos em detrimento das liberdades individuais. Posteriormente, a sociedade de consumo acentuou a servidão das pessoas cativas do consumo, obedientes à padronização da moda. Este estudo tenciona promover um debate acerca das consequências da perda da possibilidade do cultivo do espírito aristocrático nietzschiano e da autonomia da vontade kantiana em favor de uma sociedade capaz de esvaziar a humanidade da possibilidade da valorização da verdadeira autonomia de pensamento e ação.

PALAVRAS-CHAVE: Mentalidade de Rebanho. Individualidade. Massificação. Autonomia da Vontade.

1 INTRODUÇÃO

As razões da escolha desta temática se pautaram na necessidade de refletir sobre os principais motivos que conduzem à instabilidade humana, no que diz respeito à construção da identidade do indivíduo. O que era uma atribuição coletiva passa a ser um trabalho individual, implicando apenas em normas sociais e padrões já estabelecidos. Em vista disso, o indivíduo vem ganhando espaço no mundo globalizado, assumindo novos estilos de vida e formas de ser, sem contudo deixar de ser homogeneizado, negando suas origens a favor de uma nova padronização.

A importância desse estudo parte da ideia de conseguir instigar a importância da reflexão, da busca da autonomia intelectual para que através dela, o ser humano possa conquistar a verdadeira emancipação e restabelecer sua identidade, deixando de ser domesticado para se tornar sujeito ativo, pensante.

¹ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás no ano letivo de 2019/2. E-mail: geo_al_@hotmail.com

² Mestre em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás. Professora no curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: bruna@unifan.edu.br.

O tema contribui de forma relevante para a reflexão acerca da reconstrução de uma sociedade que tem como base a criticidade e a busca pelo progresso moral, tornando-se participativa, não comprometida com o comportamento de pessoas que apenas sabem como lidar com a técnica ou cumprem seus deveres burocraticamente como ocorreu na ocasião da ocupação nazista na Alemanha, fato este que parece ter direcionado a humanidade de volta à barbárie falsamente superada pelos modernos.

2 METODOLOGIA

O estudo a ser desenvolvido parte do amparo metodológico da pesquisa qualitativa de base bibliográfica, seguindo a perspectiva metodológica da análise crítica, tencionando reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação da temática abordada, apresentando as obras, periódicos e coletâneas como fonte de investigação, não raro entre os pesquisadores, uma das importantes fontes de dados e informações, pois ao explorar os temas, recuperam dimensões históricas da realidade, tem como relevância a capacidade de reunir as mais diversas fontes de consultas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nietzsche (1998) concebeu a modernidade como um movimento marcado pelas rupturas com as tradições herdadas, como o domínio da igreja católica comandando a nobreza e o clero, interferindo nas mais diversas culturas dos povos.

Além disso, havia uma sociedade que tinha como marca a razão, a metafísica e os valores morais, um povo que se preocupava com o crescimento do país, o mercado produtor era forte e eficaz e de fato gerava lucro advindo dos resultados do trabalho coletivo, essas ações em grupo eram bastante consideradas pelo povo, entre eles havia uma forte dependência mútua, o trabalho de um dependia da mão de obra do outro.

O autor (1998) desvincula o pensamento moderno na medida em que as tradições vão ficando cada vez mais frágeis e sensíveis, a igreja começa a subestimar os dogmas e passa a dar crédito ao mercado de consumo, usando dos próprios produtos produzidos pela igreja para obter lucro através das vendas de mercadorias produzidas pelos sacerdotes. O Estado passa a responsabilidade de provedor para a sociedade civil, aquilo que antes era apenas atribuição do

governo se torna também dever do cidadão e com o passar dos anos surge a divisão das esferas: pública e privada. Dando oportunidade para que o indivíduo se transforme em um povo e tenha seus direitos políticos efetivos teoricamente “iguais”, perante a lei adquirem-se direitos, mas na realidade só se aceita o que já foi aprovado.

A igreja até o século XIX valorizava a fé, a devoção, santidade e a humildade, características fundamentais no meio espiritual. Infelizmente esses valores foram corrompidos com o fortalecimento do mercado consumidor, surgindo assim a Teologia da Prosperidade, em que o benefício individual está acima do amor ao próximo, e as bênçãos financeiras são o principal desejo de Deus, a busca pela salvação foi substituída pela busca de uma vida material bem sucedida, com todo conforto e luxo que o mercado consumidor pode oferecer.

Segundo o autor (2008, p. 44), em sua obra *A Gaia Ciência*,

Caso o laço dos instintos, este laço conservador, não fosse de alguma maneira mais poderoso do que a consciência, e não desempenhasse, no conjunto, um papel de regulador, a humanidade sucumbiria fatalmente sob o peso dos seus juízos equivocados.

Um dos principais aspectos do ingresso na chamada Modernidade está ligado justamente ao distanciamento do homem em relação às crenças religiosas, e a aproximação do homem da medicina, dos recursos científicos como um meio de salvação, só que esse sentido de salvação se dá através da cura, e a medicina é fator primordial na cura de uma enfermidade. Mais uma vez Nietzsche (2008) traz um conceito do que vem a ser a Morte de Deus, uma metáfora para convencer que de fato ocorreu o ingresso no mundo moderno.

Na modernidade a mudança não se deu apenas no nível da fé, os relacionamentos duradouros perderam a sua importância, a conduta individualista das pessoas as afastou das tradições, no passado os projetos humanos eram mais resistentes e sólidos. O século XX surge como o declínio deste conceito de solidificação.

O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminui a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por momentos”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro (BAUMAN, 2001, p. 8)

A modernidade torna-se evidente com a revolução científica e tecnológica, o avanço da robótica reconfigura toda a sociedade de produtores, o indivíduo que vivia para a confecção e produção de produtos manufaturados, passou a se interessar pela rotatividade do mercado consumidor e sua superficialidade corrompendo todos os valores adquiridos ao longo dos tempos.

Bauman (2008, p. 38) pontua, em sua obra *Medo Líquido*: “Nas últimas décadas, o apetite consumista aumentou muito e chegou a um nível insustentável no longo prazo. Precisaríamos dos recursos de três planetas Terra para sustentar esses níveis de consumo no mundo inteiro”.

É possível afirmar que o homem contemporâneo vive imerso em incertezas, dúvidas e medos, gerando assim, fortes crises de identidade, uma delas está pautada no conceito de felicidade, hoje esse sentimento está mais ligado à realização dos desejos pessoais que são satisfeitos apenas com a compulsividade do mercado de consumo, e não mais nas reuniões familiares, comemorações com amigos e outros, a individualidade é a marca do mundo pós-moderno, tudo é pensado e preparado para a satisfação própria, e ao mesmo tempo os indivíduos estão em uma teia de dependência mútua, até porque não conseguem viver isolados do meio.

A sociedade para Norbert Elias (1994) é constituída pela rede de funções e relações desempenhada pelas pessoas. O meio social modela e muda os planos, as ações e o comportamento das pessoas que se influenciam mutuamente.

A relação indivíduo e sociedade é exemplificada pelo autor tendo como base o modelo de Aristóteles: a forma simbólica da figura de uma casa e de seus tijolos para fundamentar os argumentos, quando se refere ao fato de que não se pode compreender a estrutura pela contemplação isolada de seus elementos. Entende-se assim que o ser humano não pode ser compreendido em condição de isolamento, necessita-se para tanto de uma unidade de apoio que, neste caso seria a inserção do indivíduo no grupo social do qual é parte integrante.

No entanto, na atualidade conforme o pensamento de Norbert Elias (1994), o indivíduo não consegue mais desempenhar um papel na sociedade, por ser uma figura individualista, egocêntrica e exclusivista, ele se isola de sua posição social, ignorando o pensamento global e se vinculando cada vez mais à concretização de suas idiossincrasias.

As cadeias de interdependência humana tem como base o interesse do outro para a concretização da própria realização pessoal, nada mais além disso, a ideia coletiva de pensamento ficou há anos luz distante do homem, ao mesmo tempo que ele tem a necessidade de pertencer a um determinado grupo social, seja a família, escola, religião, trabalho e tantos

outros, ele age de acordo com a sua singularidade, se isolando do mundo externo e se limitando enquanto residente social.

Norbert Elias (1994, p. 20) afirma, em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos*:

A afirmação de que os indivíduos são mais “reais” do que a sociedade nada mais faz além de expressar o fato de que as pessoas que defendem essa visão acreditam que os indivíduos são mais importantes, e que a associação que eles formam, a sociedade, é menos importante. A ideia de, “na realidade”, não existir sociedade, apenas uma porção de indivíduos, diz aproximadamente tanto quanto a afirmação de que, na “realidade”, não existem casas, apenas uma porção de tijolos isolados, um monte de pedras.

Em conformidade com o escritor (1994), percebe-se que a sociedade que antes era conservadora e agia em torno das ações coletivas e pensamentos mútuos desvirtuou certos conceitos e ações em prol da busca pela singularidade de pensamentos, comportamentos e personalidade.

Bourdieu (2002) vai ao encontro deste raciocínio quando afirma que as estruturas coletivas estão submersas em um grave programa de destruição e de formação de uma nova ordem justificada pelo indivíduo autônomo, cada vez mais autossuficiente, autorregulado e independente.

A realidade social e suas mudanças devem ser pensadas como alavancas de um movimento histórico contínuo, em que a sua direção não pode ser estabelecida por indivíduos isolados, necessita de uma ferramenta teórica que é justamente a civilização para o aprimoramento e desenvolvimento deste estudo.

Essa discussão conduz à análise da chamada *Mentalidade de Rebanho* presente na obra nietzschiana como renúncia à capacidade de analisar os acontecimentos de forma lúcida e cede lugar ao controle absoluto exercido por figuras de liderança em relação aos pensamentos e atitudes do dominado que se deixa guiar por sua influência sem questionamentos de forma resignada.

O ponto a ser considerado é a perda do pensamento crítico, que impede as pessoas de pensarem sozinhas e diferente uma das outras, retirando a individualidade e colocando-as apenas para cumprir ordens, obedecer a seus superiores. O que faz essa obediência ser cega é justamente estar dentro de um sistema autoritário que comanda o sujeito para simplesmente prestar obediência e não ter que lidar com dramas morais, porque simplesmente fizeram o que deveria ser feito, não por escolha própria, mas em nome de um sistema maior que suprime qualquer possibilidade de existir individualmente, o que torna as pessoas medíocres psicologicamente por serem apenas o reflexo da ordem estabelecida.

Para o autor (2008), a cultura e a educação passaram por uma grande mercantilização e massificação virando uma espécie de indústria cultural, em que tudo está voltado para a padronização do pensamento. Nesse sentido, o ensino deveria ser desvinculado de qualquer interesse financeiro do Estado, de modo que não seja uma comercialização do saber ou a estagnação do processo de produção do conhecimento. É necessário pensar criticamente, os indivíduos precisam buscar a autonomia, sendo figuras reflexivas e problematizadoras, para que de fato ocorra a concretização do saber.

Esse pensamento se assemelha à sociedade de rebanho enraizada em conceitos estagnados, prontos e acabados, bem como em um pensamento igualitário. A metáfora usada pelo autor é incrivelmente aplicada ao século XXI, com toda a sua padronização ideológica e cultural.

A ideologia dominante faz prevalecer valores em nome de um bem comum. A sociedade padronizada acaba sendo sinônimo de ameaça, pois o pensamento igualitário luta por um objetivo comum, sempre com uma liderança exercendo o poder e os demais sendo comandados, andando em bando e recebendo adestramento suficiente para serem manipulados. Para quem goza de autoridade quanto mais poder detém mais a força é desencadeada, atingindo o exercício da manipulação contínua.

Nessa mesma perspectiva para contradizer esse indivíduo adestrado, Nietzsche (2008) apresenta um modelo ideal para elevar a humanidade ao seu patamar mais extremo, o homem superior, o aperfeiçoamento do homem dotado de qualidades inigualáveis e que não se massifica, nem se nivela ao meio cultural, o chamado aristocrata, que incentiva o investimento nos talentos, na criatividade e na ousadia dos indivíduos.

O aristocrata deveria ter uma educação voltada para a busca da individualidade, da solidão e do destaque, tendo a autocrítica como elemento fundamental para a autossuperação, sendo assim, ela é restritiva, pois não é a maioria que consegue se encaixar nos requisitos para ser um autêntico aristocrata. Ser aristocrata refere-se a ser duro consigo mesmo, buscar o fortalecimento, a exigência e o autocontrole. Nessa perspectiva deve ser superado o medo de trazer à tona os conflitos internos, de se afastar da conveniência da vida social, medo do desconhecido, do diferente, da solidão e do silêncio da individualidade, pois é difícil estar só para o homem que durante todo o processo da história evolutiva obteve companhia, o medo enfim acaba distanciando o sujeito dele mesmo.

A massificação, coletividade de pensamento, o aprisionamento humano, são elementos que confrontam com o modelo do aristocrata proposto por Nietzsche por ser uma educação

vulgar, na qual o homem não possui domínio suficiente para exercer as virtudes humanas e para manter um posicionamento singular frente ao mundo.

O modelo de educação aristocrática tem a intenção de fazer com que o ser humano resgate seus valores individuais, seja moralmente superior, alcançando o controle de suas ações, deixando de ser domesticado pelo caminho que acompanha o rebanho.

A reflexão garante a autonomia no âmbito do pensar, permite conquistar uma educação que se relaciona às virtudes humanas, comprometida com o respeito e com a prática dos valores morais.

Para o filósofo alemão Immanuel Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* a lei moral é representada pelo imperativo categórico. É dever do indivíduo, agir conforme uma lei moral que é formulada pela própria razão humana, a vontade autônoma.

Poder tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então debes rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal. A razão exige-me respeito por uma tal legislação, da qual em verdade presentemente não vejo em que se funde (problema que o filósofo pode investigar), mas de que pelo menos compreendo que é uma apreciação do valor que de longe ultrapassa o de tudo aquilo que a inclinação louva, e que a necessidade das minhas ações por puro respeito à lei prática é o que constitui o dever, perante o qual tem de ceder qualquer outro motivo, porque ele é a condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo (KANT, 1997, p. 35).

Ele é exposto em três formulações: 1ª) como lei universal, ou seja, tudo o que o sujeito desejar fazer só pode ser considerado moral se for possível assumir o caráter universal da ação. 2ª) Tomando os seres humanos como um fim em si mesmo: as pessoas devem ser respeitadas por fazerem parte da humanidade e jamais podem ser enxergadas como objetos ou desumanizadas. 3ª) A vontade capaz de agir moralmente é autônoma por obedecer a um dever imposto a si mesma, que não vem do exterior, ou seja, de outra vontade. A vontade moral por ser livre não presta obediência a nenhuma liderança, não admite se conformar com a condição de mentalidade de rebanho vinculada à chamada vontade heterônoma.

A *autonomia* da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres a elas conformes; pelo contrário, toda a *heteronomia* do livre arbítrio não só não funda nenhuma obrigação, mas opõe-se antes ao princípio da mesma e à moralidade da vontade. Com efeito, na independência a respeito de toda a matéria da lei (isto é, de um objeto desejado) e, ao mesmo tempo, na determinação do livre arbítrio pela simples forma legisladora universal, de que uma máxima deve ser capaz, é que consiste o princípio único da moralidade. Mas essa *independência* é a *liberdade* em sentido *negativo*, e esta *legislação própria* da razão pura e, como tal, prática é a liberdade em sentido *positivo*. Por conseguinte, a lei moral nada mais exprime do que a *autonomia* da razão pura prática, isto é da liberdade e esta é mesmo a condição

formal de todas as máximas, sob a qual unicamente elas podem harmonizar-se com a lei prática suprema (KANT, 1999, p. 45).

A vontade autônoma é livre porque surge do próprio sujeito através da sua racionalidade, que calcula quais as possibilidades de uma lei ser considerada moral baseada no princípio da universalidade, ou seja, no cálculo das consequências de uma ação que possa vir a ter validade universal.

4 CONCLUSÕES

Nietzsche já defendia a tese de que a modernidade emancipou o homem para o uso da razão e da técnica, para além das superstições da antiguidade e da Idade Média, no entanto foram adquiridos hábitos que impedem a construção do pensamento crítico e autônomo, uma vez que a razão moderna é meramente instrumental, usada tão somente para a compreensão das técnicas úteis à concretização da vida bem sucedida nos vários âmbitos da existência social moderna. Obter sucesso neste caso é simplesmente seguir regras, protocolos e não se manter no patamar do esclarecimento e da criticidade.

O sujeito verdadeiramente livre obedece às exigências da razão, jamais ao simples comando de seus superiores na hierarquia militar, laboral ou social. É antes de tudo um legislador universal capaz de medir as consequências de suas ações, alguém que vê o outro como fim em si, jamais como meio, e é capaz de reconhecer a humanidade que habita em cada indivíduo, preparado para o respeito a todos os seres humanos independente de peculiaridades étnicas, econômicas ou de qualquer outra natureza. Somente uma educação moral emancipadora, capaz de libertar o homem de sua menoridade pode tornar este projeto possível.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Mínima moralia**: reflexione naus dem beschadigten leben. Portugal: Arte e Comunicação - v. 77.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Gaia Ciência**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.